

Apresentação ao Dossiê “Nova História da Amazônia Colonial”: abordagens e perspectivas

No início de 2020, um grupo de alunos do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, decidiu iniciar um diálogo sobre as novas pesquisas acerca do passado colonial na Amazônia. Havia a necessidade de um espaço para as pesquisas em andamento, além, claro, da discussão aberta de trabalhos essenciais sobre a Amazônia e a Época Moderna. A criação do grupo estava em consonância com um movimento maior de renovação da historiografia colonial brasileira, podendo ser associada, nos últimos 20 anos, com a expansão e consolidação das pós-graduações em História pelo Brasil afora. Essa expansão abriu novas perspectivas e abordagens a respeito de temas considerados ultrapassados pela historiografia e foram rearticulados a partir de novas perguntas e investigações em profundidade nos Arquivos. Dessa forma, o presente dossiê foi concebido para oferecer essas novas abordagens, em diferentes campos da historiografia colonial. Domínios como a história indígena e história econômica, ou ainda as relações de poder e a história militar, a história urbana, a história das representações, e a história do Santo Ofício da Inquisição representam os diversos campos do saber histórico sobre a Amazônia Colonial.

O presente dossiê é composto por oito artigos, escritos por pesquisadores em diferentes fases da vida acadêmica, provenientes de diferentes partes da Amazônia. Além deles, há uma entrevista feita pelos organizadores do dossiê e, por fim, uma resenha da obra sobre a Amazônia colonial, produzida por um historiador da Bahia colonial.

O artigo de Otávio Vítor Ribeiro, “Integrando fronteiras: mobilidade e defesa entre o Estado do Grão-Pará e a Capitania de Mato Grosso (1759-1772)” aborda a história militar do século XVIII na Amazônia e identifica a comunicação política nesse mesmo período. Nesse texto encontramos a utilização dos rios amazônicos como corredores de comunicação entre as unidades administrativas da América portuguesa, com finalidade de defesa do território. Sobre o mesmo tema da história militar, o artigo de Leonardo Augusto Ramos Silva, “‘Para a boa segurança daquela fronteira’: organização e mobilidade de soldados da “tropa paga” na Capitania do Rio Negro (1754-1773)” analisa as formas de recrutamento, mobilidade e a organização das tropas “oficiais” de defesa da Capitania do Rio Negro, que na segunda metade do século XVIII se tornara a verdadeira fronteira entre a América portuguesa e a América hispânica. Nos referimos a “tropas oficiais”, pois no artigo de Wania Alexandrino Viana, “Os indígenas e o militarismo luso no Estado do Grão-Pará e Maranhão”, somos apresentados a uma categoria de soldados que em muitos momentos desaparecem da narrativa oficial: os grupos indígenas. Numa interseção entre a História Militar e a História Indígena, o texto de Viana nos faz reconhecer o papel dos povos indígenas na militarização de uma parte da fronteira amazônica.

Tratando da história da etnociência, o artigo “Saberes em movimento: a Ayapana, erva indígena de circulação global”, de Rafael Rogério Nascimento dos Santos, apresenta uma narrativa de circulação da erva medicinal de um dos povos indígenas amazônicos, transferindo-se às práticas medicinais portuguesas, e, por fim, se difundindo extensivamente pelas farmacopeias europeias. Trata-se, nesse caso, de um bom exemplo da mundialização das práticas e saberes medicinais nativos amazônicos.

A história urbana é apresentada no artigo “Relatos de espaço nas cartas de data e sesmaria de São Luís (início do século XVIII)”, de Mariana Schilipake, no qual a autora apresenta um retrato da percepção espacial e cotidiana que os moradores de São Luís (Maranhão) possuíam da própria cidade, desenhando verdadeiros itinerários urbanos em suas descrições da ocupação fundiária ludovicense.

Na seara dos estudos inquisitoriais e das relações de poder, Sarah dos Santos Araújo em “Um militar perante o inquisidor: rede de relações e conflitos de poder na Amazônia colonial”, desvenda a trajetória de vida de um Mestre-de-

Campo português e busca compreender as relações construídas por ele na sociedade do Antigo Regime Colonial amazônico.

Apresentamos, no âmbito da história econômica, o artigo “Os administradores da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: negócios, conflitos e privilégios (1755-1777)”, de Frederik Andrade de Matos. Em seu texto, o autor identifica os administradores da Companhia de Comércio na América portuguesa, criada pelo primeiro-ministro do rei português D. José I. Esses homens receberam o privilégio real de organizar os negócios da Companhia e, em muitos casos, acabaram sendo acusados de usar esse privilégio para o seu enriquecimento ilícito, às custas da Companhia e dos seus negociantes-acionistas na Amazônia.

O Dossiê se conclui com o artigo “O sertão colonial: expedições amazônicas e o comércio de escravos indígenas”, da historiadora norte-americana Barbara Sommer. Publicado originalmente em 2005, em língua inglesa, pela revista norte-americana *The Americas*. O artigo nos quase 20 anos, desde a sua primeira publicação, se tornou referência para todos os interessados no passado colonial amazônico; sobretudo, daqueles que investigam a escravidão nativa na região. Hoje apresentamos a sua tradução, realizada por Márcio Augusto de Freitas Meira e Raduan Van Velthem, possibilitando o seu acesso a um número maior de leitores. As investigações de Barbara Sommer, atualmente Professora Emérita aposentada do *Gettysburg College*, na Pensilvânia (EUA), foram significativas para a renovação da História Colonial na Amazônia em âmbito internacional. A entrevista concedida pela autora em inglês especialmente para esse Dossiê foi traduzida por um dos organizadores desta publicação (Décio de Alencar Guzmán). Ela oferece ao leitor a possibilidade de conhecer a sua trajetória acadêmica, as inspirações e cumplicidades profissionais firmadas ao longo de décadas, nas quais refletiu e esquadrinhou os Arquivos em busca de peças do quebra-cabeça que foi a sociedade amazônica do século XVIII.

Fechando nosso dossiê, a resenha escrita por Fabrício Lyrio Santos, sobre a obra “Injustos cativeiros: Os índios no tribunal da Junta das Missões do Maranhão”, de André Luís Ferreira, demonstra o papel destacado das mulheres indígenas pleiteando seus direitos à liberdade perante a Junta das Missões no Maranhão do século XVIII. A leitura atenta de Fabrício sobre esta obra nos ajuda a perceber a amplitude e importância histórica da escravização de indígenas no Maranhão.

Ao inquirir sobre as relações de poder e os acontecimentos sociais recorrentes ao longo das fronteiras setentrionais da América portuguesa, os artigos aqui reunidos destacam algumas das singularidades da experiência colonial nas regiões ao norte da América do Sul. O primeiro aspecto é a ênfase da diferença entre esta parte do território amazônico conquistado pelos portugueses e o Estado do Brasil. O domínio das atividades extrativas, a importância inegável dos povos indígenas (tanto na reprodução da matriz econômica como na defesa dos territórios) e a profunda plasticidade das estruturas de poder é o conjunto que forma o segundo aspecto. Todos esses aspectos resumem, por um lado, a ligação clara à coroa lusitana, e por outro lado, as óbvias relações de sociabilidade típicas da vida na Amazônia. Podemos perceber aí a fisionomia das dinâmicas sociais únicas, não apenas características das regiões fronteiriças do império ultramarino português, mas certamente exclusivas da experiência amazônica.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará tem a satisfação de oferecer esse conjunto de textos sobre esses aspectos da Amazônia Colonial, além é claro, dos artigos em fluxo contínuo de nosso periódico.

Desejamos boa leitura a todos!

André José Santos Pompeu (UFPA)
Décio M. A. de Alencar Guzmán (IHGP e UFPA)